

GT4 - Formação e valorização de profissionais da educação

A PRÁXIS NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

Bruna Alves Matos - UFPB¹

Profa Dra Maria das Graças de Almeida Baptista - UFPB²

INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto, inicialmente, das reflexões desenvolvidas, na década de 2000, a partir da reformulação dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos, em especial dos Cursos de Licenciatura, de forma que os estágios se desenvolvessem ao longo de todo o curso; assim como à introdução do Programa Estudante Convênio - Rede Pública (PEC-RP)³, na UFPB, visando a formação dos professores da rede pública (“alunos PEC”), no final da década de 1990 e no início da década de 2000 (atualmente extinto); ao desenvolvimento de pesquisa, pela Coordenadora desse Projeto, junto aos professores que atuam em escolas públicas estaduais do município de João Pessoa; e ao desenvolvimento do Projeto PROLICEN no período 2009 e 2010, que buscou analisar como os discentes dos Cursos de Pedagogia fazem a relação teoria e prática, nas disciplinas pedagógicas. A partir dessas reflexões percebeu-se a importância de investigar os documentos que orientam os cursos de Licenciatura, abordando a relação teoria e prática.

O QUE É O PROJETO

O Projeto está voltado para a questão da relação teoria e prática, e tem por objetivo compreender como essa questão tem perpassado os documentos que orientam os Cursos de Licenciatura da UFPB. Nesse sentido, busca-se analisar os documentos oficiais do MEC que orientam a política de formação de professores e os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura da UFPB, uma vez que se compreende que esses documentos estão dialeticamente relacionados.

A relação teoria e prática é analisada enquanto práxis, ou seja, como ação consciente dos sujeitos que une a teoria, compreensão da realidade, à prática (trabalho criativo), transformação do mundo. Essa ação consciente tem como condição a transformação dos sujeitos, aqui os alunos de graduação, que buscam mudar sua realidade profissional.

A práxis é, segundo Vázquez (1968, p. 5), a “categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação. Tal filosofia não é outra senão o marxismo”. É à luz da categoria da práxis que se devem abordar os problemas do conhecimento da história, da sociedade e do próprio ser.

Vázquez (op. cit., p. 9) afirma que “o homem comum e corrente é um ser social e histórico; ou seja, encontra-se imbricado numa rede de relações sociais e enraizado num determinado terreno histórico”. Nesse sentido, “sua consciência nutre-se igualmente de aquisições de toda espécie: idéias, valores, juízos e preconceitos, etc”.

Kosík (1989, p. 202), ao analisar as diferentes modificações históricas a que foi submetido o conceito de práxis, destaca que, para a filosofia materialista, a práxis, enquanto conceito central, “não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como *elaboração* da realidade”.

Assim parte-se de dois pressupostos, primeiro, que a relação teoria e prática é o fundamento do conhecimento, reafirmando a unicidade de dois elementos relacionados dialeticamente; segundo, a formação acadêmica dos educadores, por si só, não é garantia de mudança no *status quo*, ou seja, a Universidade ao deixar de contribuir na constituição de uma

concepção de mundo mais unitária, tem favorecido a concepção de que o papel do professor é “criar” condições de ensino-aprendizagem, impossibilitando ao aluno uma leitura de mundo em função da sua transformação. Portanto, através dos documentos que regem as Licenciaturas busca-se compreender como essa relação perpassa os Cursos de Licenciatura.

A pesquisa baseia-se na análise gramsciana de enfrentamento das contradições que se refletem nas instituições e nas concepções de seus membros. A pesquisa desenvolve-se em uma perspectiva qualitativa, tendo como caminho teórico o materialismo histórico, em que o material coletado será analisado enquanto determinado pelas condições da vida material da sociedade, ao mesmo tempo em que determina as condições materiais da vida social; e como método de análise a dialética materialista em Marx (1978, p.116-117).

A escolha desta dialética, entendida enquanto processo da reprodução do concreto por meio do pensamento a partir do concreto, segundo Gamboa (1989, p. 33)⁴, implica tomar como ponto de partida o concreto real (“objeto real”) que tem “origem empírico-objetiva histórica e [“síntese de múltiplas determinações”], passar pelo abstrato, de características subjetivas, e formar uma nova síntese” [concreto do pensamento ou conhecimento do objeto real ou concreto pensado], que é uma síntese consciente das múltiplas determinações, “validada na mesma ação de conhecer, quando o conhecido é confrontado com o seu ponto de partida através da prática”.

Para a realização da pesquisa tem sido utilizada a pesquisa documental. O material coletado é analisado com o auxílio da hermenêutica dialética entendida como a metodologia de análise necessária ao momento de análise e interpretação dos dados. Segundo Minayo (op. cit., p. 227) “enquanto a hermenêutica penetra no seu tempo e através da compreensão procura atingir o sentido do texto, a crítica dialética se dirige contra o seu tempo. Ela enfatiza a diferença, o contraste, o dissenso e a ruptura de sentido”, possibilitando estabelecer ao mesmo tempo a unidade de sentido e a contradição que perpassam esses documentos.

O acompanhamento e a avaliação ocorrem sistematicamente através de reuniões semanais, com duração de 4 horas, incluindo definição dos caminhos a serem traçados para o desenvolvimento do Projeto, assim como, estudos acerca da bibliografia no *Grupo da Linha de Pesquisa Práxis e Educação*⁵, criado em 2009, com o intuito de aprofundar os estudos sobre a práxis, na perspectiva marxista.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

A pesquisa teve início a partir de reuniões semanais no grupo de pesquisa⁶, em que se tem lido e refletido sobre o livro *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação: O positivismo, a fenomenologia e o marxismo*, além de outros autores e temáticas. Concomitantemente a esses estudos, buscou-se contato com as Coordenações de Curso, afim de que disponibilizassem os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura. Os Cursos de Licenciatura pesquisados são os de: Pedagogia, História, Educação Física, Enfermagem, Matemática e Ciências Biológicas, escolhidos aleatoriamente, em uma tentativa de abranger dois Cursos por áreas do conhecimento: humanas, saúde e exatas.

Constatou-se que alguns Cursos estão reorientando seus Componentes Curriculares, graças a Resolução 04/2004 CONSEPE/UFPB, que “estabelece a Base Curricular, para a Formação Pedagógica dos Cursos de Licenciatura”, o que levou o grupo a optar por analisar, tanto o PPP antigo, como o PPP novo, nos Cursos em que coexistem turmas sob essas duas orientações.

Os documentos que já foram coletados são: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o documento da Conferência Nacional de Educação (CONAE⁷), os Planos Nacionais de Educação (PNE) 2001/2010 e 2011/2020, as Diretrizes Curriculares para os

referidos Cursos e a, já mencionada, Resolução 04/2004 do CONSEPE (documentos relativos à orientação da UFPB para os Projetos Político Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura). Ainda está em fase de definição se há outros documentos necessários ao desenvolvimento da pesquisa.

Através das reuniões, com um olhar mais aguçado e provocador, uma vez que a maturidade da investigação abstraída das leituras teóricas e dos documentos oficiais que orientam a formação de professores, e a convivência com a realidade prática possibilita explorar os aspectos subjetivos e concretos deste fenômeno, é possível desvelar “o que fazemos desta ou daquela forma, à luz de conhecimento que a ciência e a filosofia oferecem hoje, que nos corrigimos e nos aperfeiçoamos. É a isso que chamo pensar a prática e é pensando a prática que aprendo a pensar e a praticar melhor. (FREIRE, p. 70).

O trabalho docente, precisa ser em todas as suas dimensões, um espaço de satisfação, contemplação e contentamento pessoal e coletivo, já que se passa a maior parte do tempo focalizado na ação do fazer e do agir, sobretudo, quando se refere aos sujeitos trabalhadores na educação em formação, esses precisam vivenciar no trabalho o princípio educativo, que eleva a aprendizagem a partir da reflexão da própria ação e manifesta um esforço cognitivo mais aguçado para compreender as finalidades da sua prática.

RESULTADOS

O desenvolvimento do Projeto tem trazido ao grupo de pesquisa reflexões que se deve fazer durante a vida acadêmica, de forma a quebrar a dicotomia entre a relação teoria e prática. É importante que o aluno durante as aulas práticas esteja atento ao que foi estudado teoricamente nas aulas, não criando na vida acadêmica e na caminhada profissional como professor dois mundos distintos. A proposta é que o aluno e depois o profissional da educação, busque essa práxis no seu dia-a-dia.

Tem-se percebido que a distância entre a teoria e a prática é comum quando se está na Universidade. O discente passa muito tempo em sala, até sair para a prática através do estágio. Entretanto, esse estágio muitas vezes não supre a necessidade da prática, e da análise desta, que um profissional precisa vivenciar para iniciar sua vida como professor, de forma a sentir-se capacitado para mudar sua visão em sala de aula. Ou seja, na maioria das vezes o aluno não consegue associar o que foi estudado em sala de aula com as aulas práticas, por haver um distanciamento entre as duas.

Em relação aos documentos, alguns aspectos já podem ser destacados. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) traz um capítulo (Título VI) sobre os profissionais da educação, em que o MEC propõe, entre outros aspectos, a formação de professores da educação básica de forma “preferencial em nível superior” e institui a Década da Educação, estabelecendo um prazo de dez anos, a contar de 1998, para que todos os professores estivessem devidamente habilitados nesse nível e que somente os professores com esse nível de estudo fossem admitidos para o exercício da docência na educação básica.

A LDB privilegia o momento da Prática de Ensino como “espaço de superação da fragmentação na formação dos professores”, de forma a unir teoria e prática, e propõe alterações estruturais para esta formação, entre elas, que a formação dos profissionais da educação terá como fundamentos “a íntima associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço” e o “aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades”.

Essa formação, entretanto, não deve se restringir ao momento da Prática de Ensino, conforme aponta a nova LDB, mas deve envolver toda a formação acadêmica, inclusive as demais disciplinas pedagógicas.

O CONAE também aponta na direção da formação de profissionais, destacando que essa formação deve ser pautada, entre outros aspectos, “pela unidade entre teoria e prática e pela centralidade do trabalho como princípio educativo na formação profissional”, de forma a propiciar “o desenvolvimento da capacidade de reflexão”.

Segundo o documento, a universidade “que em tese deve promover a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa no processo formativo”, enfrenta, por um lado, o “baixo prestígio” dos “cursos de licenciatura [...] frente aos bacharelados”, uma vez que estes últimos estão “mais voltados para a formação do pesquisador”, o que se explica pela “desvalorização do magistério como profissão e da educação como campo de conhecimento”. Por outro lado, as dificuldades aparecem devido ao “desenho [e às] práticas curriculares dos cursos de licenciatura”. Nesse sentido, verificam-se:

- a) uma dicotomia entre ensino e pesquisa, como se a pesquisa só fosse possível nos bacharelados; b) uma separação bastante evidente entre formação acadêmica (teoria) e realidade prática e entre disciplinas de conteúdo pedagógico e disciplinas de conteúdo específico; c) uma formação pedagógica (complementação pedagógica) mínima para os cursos de licenciatura, à exceção da pedagogia; d) uma desarticulação dos componentes curriculares com o perfil do profissional a ser formado. Fica evidente, também, a dificuldade interna às universidades para conceber e implementar uma política de formação de professores, objetivando mudar os problemas identificados.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2010, ao tratar do Magistério da Educação Básica, traz o Diagnóstico, as Diretrizes, os Objetivos e Metas para a *Formação dos Professores e Valorização do Magistério*, onde os Estados, o Distrito Federal e os Municípios de acordo com o PNE devem elaborar seus planos decenais compreendendo que “na *formação inicial* é preciso superar a histórica dicotomia entre teoria e prática e o divórcio entre a formação pedagógica e a formação no campo dos conhecimentos específicos que serão trabalhados na sala de aula.” Com isso o PNE traz a importância de se trabalhar a relação teoria e prática:

- a) sólida formação teórica nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, bem como nos conteúdos especificamente pedagógicos; [...]
- d) contato com a realidade escolar desde o início até o final do curso, integrando a teoria à prática pedagógica;

Para que essa relação seja trabalhada, a formação inicial dos profissionais da educação básica deve ser responsabilidade principalmente das instituições de ensino superior, onde as funções de pesquisa, ensino e extensão e a relação entre teoria e prática podem garantir o patamar de qualidade social, política e pedagógica que se considera necessário.

O PNE 2011/2020 traz novas propostas, em que tiveram a colaboração do CONAE. Como por exemplo, “fomentar a ampliação da oferta de estágio como parte da formação de nível superior.” e “fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País.”

Para que ocorra a melhoria da qualidade dos Cursos de Licenciatura deve “permitir aos graduandos a aquisição das competências necessárias a conduzir o processo de aprendizagem de seus futuros alunos, combinando formação geral e prática didática”.

Observa-se também que nesse novo PNE se propõe uma maior incentivação e valorização em relação à docência criando oportunidades e ampliando programas permanentes de iniciação à docência a estudantes matriculados em Cursos de Licenciatura,

contribuindo, dessa forma, para que ocorra a melhoria da qualidade de ensino e que o futuro professor possa fazer essa relação entre a teoria e a prática.

Instituir programa de acompanhamento do professor iniciante, supervisionado por profissional do magistério com experiência de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação ou não-efetivação do professor ao final do estágio probatório.

A Resolução 04/2004, do CONSEPE/UFPB, em seu artigo 2º, lê-se que:

a Base Curricular para os Cursos de Licenciatura é constituída pela Prática Curricular e pelo Estágio Supervisionado de Ensino [...] que devem ser oferecidos *ao longo do curso, como observação e interlocução com a realidade, como aprofundamento teórico-metodológico da práxis docente e como iniciação e intervenção profissional acompanhada.* (grifo nosso).

Essa Prática Curricular e esse Estágio Supervisionado de Ensino são fundamentados por “eixos curriculares”. Nesse sentido, a Prática Curricular é conceituada como “o conjunto de *atividades curriculares teórico-práticas* que tem como objeto de trabalho os elementos comuns presentes nas práticas profissionais dos docentes da Educação Básica” (art. 3º) (grifo nosso). Seus eixos temáticos são: Pressupostos Antropo-filosófico, Sócio-histórico e Psicológico; Pressupostos Sócio-político e Pedagógico; e Pressupostos Didático-metodológico e Sócio-educativo (art. 4º). (grifo nosso)

Por sua vez, o Estágio Supervisionado de Ensino é conceituado como:

um componente curricular obrigatório, norteado e articulado pelos *princípios da relação teoria-prática e da integração ensino-pesquisa e extensão*, a aproximação do estudante à realidade de sua futura atuação profissional e sua vivência, ainda durante a formação inicial sob a forma de várias atividades definidas nos projetos de estágio dos alunos. (grifo nosso).

Observa-se que na referida Resolução a “base curricular” deve estar pautada na “observação e interlocução com a realidade”, no “aprofundamento teórico-metodológico da práxis docente” e na “iniciação e intervenção profissional acompanhada”, ou seja, deve estar orientada pela relação teoria e prática, tanto no que refere à Prática Curricular, quanto ao Estágio Supervisionado de Ensino. Inclusive, quanto a esse último, a Resolução aponta no sentido da “*integração ensino-pesquisa e extensão*”.

Entretanto, os componentes curriculares e conteúdos (ementas), no que se refere à Prática Curricular em seus componentes obrigatórios, orientam-se no sentido do estudo da teoria e sua aplicação na prática.

Em relação aos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos estudados, os que já foram analisados apontam a importância da relação teoria e prática, mostrando que devem ser trabalhadas de forma indissociável, contribuindo para a formação do professor. Apesar dos PPP’s mostrarem a importância dessa relação, alguns trazem a dificuldade que o aluno tem em fazer essa relação durante sua vida acadêmica, apontando as falhas que levam o aluno, muitas vezes, a não conseguir refletir sobre sua prática nas aulas teóricas.

Apesar de esses documentos apontarem essa importância, na vivência da sala de aula os alunos se sentem prejudicados quando iniciam seus estágios, por ser muito breves, o que não os possibilita fazer um trabalho pedagógico elaborado durante o mesmo.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Dentre as dificuldades encontradas durante esse período inicial do Projeto pode-se

citar:

- O contato com as Coordenações, em alguns casos foi necessário realizar várias visitas, uma vez que os coordenadores não eram localizados nem mesmo pelos secretários da Coordenação;
- A falta de informação, o que dificultou sobremaneira o trabalho, visto que muitas vezes necessitou-se ir à mesma Coordenação mais de uma vez ao dia. Alguns PPP's só foram possível de conseguir porque em nosso grupo de pesquisa existiam pessoas que conheciam alguém da Coordenação do Curso, o que facilitou o contato do grupo com o Coordenador;
- A demora em conseguir os PPP's, uma vez que, na maioria das vezes, os atuais coordenadores não conseguiam localizar nem mesmo os novos PPP's dos Cursos. Em relação aos PPP's antigos alguns Cursos já não dispõem mais dos mesmos. Vale salientar que como a UFPB não era informatizada na época da aprovação dos antigos PPP's, muitos desses documentos foram perdidos.
- A leitura e a discussão teóricas também foi acompanhada de dificuldade, uma vez que o debate sobre teoria do conhecimento e linhas de pesquisa é algo distante dos Cursos de Licenciatura;
- A delimitação dos documentos que são imprescindíveis para o desenvolvimento do Projeto;
- A definição das disciplinas pedagógicas do Curso de Pedagogia de forma a poder fazer um paralelo entre as Licenciaturas, uma vez que o Curso de Pedagogia não tem uma formação voltada especificamente para a formação de professores, como as demais Licenciaturas, mas uma formação que envolve também a educação de jovens e adultos, a educação especial, entre outras.

CONCLUSÃO

As reflexões sobre a questão da relação teoria e prática tem perpassado os fundamentos teóricos dos documentos que dão subsídio às Licenciaturas, mais especificamente, a Resolução da UFPB que dá subsídio aos PPPs, assim como os próprios PPPs. Entretanto, uma análise preliminar aponta que essa questão ainda carece de discussão, ainda mais ao referir-se à práxis.

O presente projeto busca analisar esses documentos, para a partir deles provocar a discussão sobre essa relação e sua importância na transformação do homem como sujeito consciente; o que ainda é algo muito distante. O que se tem observado na universidade é uma dicotomia entre teoria e prática que impede o sujeito, aluno de graduação, de construir essa relação durante a sua formação.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Maria das Graças de A. **A concepção do professor sobre sua função social:** das práticas idealistas à possibilidade de uma ação crítica. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2008.

_____. Cultura e educação popular: a apropriação dos entes da cultura. In: ROSAS, Agostinho da S. & MELO NETO, José Francisco (Orgs.). **Educação popular** – enunciados teóricos. João Pessoa (PB): Ed. Universitária da UFPB, 2008.

BOTTOMORE, Tom (Edit.). **Práxis. Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 16. ed. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 2004.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Fundamentos para la investigación educativa: presupuestos epistemológicos que orientan al investigador**. Santa Fé de Bogotá: Cooperativa Editorial Magisterio, 1998.

_____. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Ed. Cortez, 1989. p. 91-116.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. 4. ed. Tradução de Noênio Spínola. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Concepção dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: _____. **Marx**. Tradução de Edgar Malagodi. 2. ed. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978. p. 101-132. (Os Pensadores).

_____. A assim chamada acumulação primitiva. **O capital**. Livro primeiro, Tomo 2, Capítulo XXIV. São Paulo: Ed. Nova Cultural Ltda, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Ed. HUCITEC-ABRASCO, 1996. 269 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry (et al.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **A questão da universidade**. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1994.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

1 Graduanda em Pedagogia.

2 Prof. Doutora em Educação - Orientadora - mgabaptista2@yahoo.com.br

³ Resoluções UFPB/CONSEPE nº 36/98 e nº 50/99, revogadas pela Resolução UFPB/CONSEPE nº 06/2003.

⁴ A esse respeito ver também Gamboa (1998, p. 32).

⁵ Vinculado ao Grupo de Pesquisa em Extensão Popular – EXTELAR/PPGE.

⁶ Grupo da Linha de Pesquisa Práxis e Educação, vinculado ao Grupo de Pesquisa em Extensão Popular – EXTELAR/PPGE; e ao AGORA – Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Psicologia da Educação.

⁷ Esse documento foi elaborado pela Comissão Nacional Organizadora da CONAE, instituída pelo MEC através da Portaria Ministerial nº 10 no dia 03 de setembro de 2008; e foi analisado, durante todo o ano de 2009, em “Conferências Municipais ou Intermunicipais [...] Estaduais e do Distrito Federal”, servindo de base para a Conferência Nacional de Educação realizada em abril de 2010 e para a elaboração do novo Plano Nacional de Educação.